



Comunidade Revisitada¹

Eduardo Yuji YAMAMOTO ²

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ

RESUMO

O texto problematiza a pertinência do conceito sociológico de comunidade no campo da Comunicação. A emergência de fenômenos comunicacionais (a exemplo das chamadas comunidades virtuais), decorrentes da imbricação dos dispositivos técnicos de comunicação com o “social” coloca o desafio de repensar a noção de *gemeinschaft* (Tönnies / Weber), fundada na ideia de território e substância comum (língua, cultura solidariedade, etc). Para balizar esta reflexão, retomamos um texto de Marcos Palácios, autor que antecipa algumas destas questões.

PALAVRAS-CHAVES

Comunidade, Communitas; Comunicação Comunitária;

INTRODUÇÃO

No dia 28 de novembro de 1990, por ocasião do Seminário de Comunicação Comunitária realizado em Salvador (BA), o professor Marcos Palácios apresentou uma comunicação intitulada “Sete teses equivocadas sobre comunidade e comunicação comunitária”. O título, bastante provocativo, fazia referência ao texto do professor mexicano Rodolfo Stavenhagen (Sete teses equivocadas sobre a América Latina). Neste texto, Stavenhagen criticava a utilização de pressupostos “equivocados” para a análise do desenvolvimento na América Latina. Estes pressupostos, segundo ele, ao embasar inúmeros estudos, serviam como prerrogativas para intervenções políticas na região. Embora distantes no tempo e no espaço, os textos de Palácios e de Stavenhagen, além de tratarem de questões parecidas (o problema do desenvolvimento em áreas marginalizadas e os mecanismos para se alçar a autonomia) se assemelhavam pela proposta inovadora, qual seja, repensar as bases (teóricas, conceituais e metodológicas) em torno das quais assentam grande parte das produções acadêmicas.

Mas se o texto de Stavenhagen teve, senão a merecida repercussão no universo acadêmico, pelo menos o mérito de não silenciar-se diante da atividade colonizadora na

¹ Trabalho apresentado no DT 8 – Estudos Interdisciplinares do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 28 a 30 de junho de 2012.

² Doutorando em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO/UFRJ). Bolsista CAPES.



América Latina que se desenvolvia na época, o mesmo não aconteceu com Palácios. Pouco citado nas produções acadêmicas atuais (e mesmo naquelas produzidas durante todo o período que sucedeu a publicação), o referido texto foi preterido (ou soterrado) por outros que traziam um tom mais moderado, utópico, e menos controverso. Não obstante, muitas das teses apontadas como equivocadas por Palácios em 1990 continuam, ainda hoje, sendo repetidas e reiteradas na comunicação comunitária. O principal motivo, já mencionado por Palácios naquela oportunidade, é o uso irrefletido do pressuposto da pesquisa que embasa a análise do objeto. Como pretendemos demonstrar aqui, tal pressuposto recorta de antemão o problema da pesquisa fazendo emergir o próprio objeto. Isso se deve à hegemonia do “paradigma” vigente da época,³ cuja força repetitiva conduz a iluminação de certos problemas, porém deixando de fora questões tão importantes quanto urgentes no tocante às inúmeras questões que a área suscita.

Retomar o texto de Palácios num momento em que se observa a multiplicação das chamadas comunidades virtuais (*orkut, facebook, blogs, twitter* etc.), a formação de grupos de jovens em torno destas comunidades, bem como o interesse de pesquisadores voltados à compreensão deste fenômeno, faz-se importante justamente porque antecipa o ponto crucial da questão, o conceito de comunidade. A divergência com relação ao conceito está na base do dissenso que opõe muitos pesquisadores da área (comunicação comunitária e cibercultura). Afinal, o que define uma comunidade nos dias de hoje: laços de co-sanguinidade? Objetivos comuns? Solidariedade? Território? Costumes e tradições? Língua? Acreditamos que estas interrogações se apresentam em virtude da obsolescência conceito de comunidade, antes “palavra de ordem”⁴, mas que hoje se torna defasada em vista da emergência de novos fenômenos sociais, impulsionada pela “mídiação”.⁵ Este problema – na verdade uma crise da representação – fica mais evidente quando se observa o esfacelamento das fronteiras do conceito levado a cabo, principalmente, a partir do advento da *internet*.

³ Paradigma, no sentido dado por Thomas Kuhn (2006, p. 13), são “as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modulares para uma comunidade de praticantes de uma ciência”.

⁴ Para Deleuze; Guattari (1995, p. 16), a repetição de palavras de ordem ritualiza o significado, evitando que suas forças imanentes perfurem os limites da representação. “Os jornais, as notícias, procedem por redundância, pelo fato de nos dizerem o que é ‘necessário’ pensar, reter, esperar etc. A linguagem não é informativa nem comunicativa, não é comunicação de informação, mas – o que é bastante diferente – transmissão de palavras de ordem, seja de um enunciado a um outro, seja no interior de cada enunciado, uma vez que o enunciado realiza um ato e que o ato se realiza no enunciado”.

⁵ Sobre “Mídiação” ver Sodré (2007, p. 17) “Por mídiação, entenda-se [...] o funcionamento articulado das tradicionais instituições sociais com a mídia. A mídiação não nos diz o que é a comunicação e, no entanto, ela é o objeto por excelência de um pensamento da comunicação social na contemporaneidade, precisamente por sustentar a hipótese de uma mutação sócio- cultural centrada no funcionamento atual das tecnologias da comunicação”.



DEFASAGEM CONCEITUAL?

O conceito é uma representação, uma ideia ou um pensamento. Sua função é dar inteligibilidade ao objeto, um aspecto da realidade por meio de uma representação. Para explicar este aspecto da realidade, o conceito forma conjuntos, os chamados sistemas de pensamento ou ideias (teorias), cuja afinidade (ou acoplamento) com outros conceitos permite operacionalizar o conjunto todo. Num sistema de pensamento como o sociológico, por exemplo, inúmeros conceitos são articulados – da própria Sociologia, mas também da Psicologia, Filosofia, Biologia, Física e Matemática – tendo o intuito explicativo ou compreensivo para os fatos conhecidos como sociais (os sistemas econômicos, políticos, culturais e religiosos, a violência, a fome, o desemprego, etc.) Enquanto representação, o conceito é sempre redutor, compensa a totalidade complexa do real com uma redução (fenomenológica) correspondente, o que facilita (possibilita) o entendimento humano sobre uma dimensão do objeto.

Fica evidente, neste caso, o que ocorre com o conceito de comunidade. Enquanto representação, ele dá conta de cercar o fenômeno a que se quer dar visibilidade num determinado espaço de tempo, por exemplo, um grupo de imigrantes, uma classe social etc., cobrindo-o extensivamente. Porém, além da propriedade representativa, o conceito tem a função operacional, podendo ser articulado em outros campos semânticos (teóricos) ganhando outros significados, mais abrangentes inclusive. É por esse motivo que o conceito de comunidade se faz pertencente a muitos campos do saber e tenha, em cada uma delas, uma autonomia semântica relativa.

Conceituar, segundo vimos, é dominar pela nomeação. E nomear, segundo Denys Cuché (2002, p. 17) é “ao mesmo tempo colocar o problema e, de certa maneira, já resolvê-lo”. Portanto, no caso da comunidade, a palavra ou o conceito já vem sobrecarregado de problemáticas e formas específicas de resolução, em geral influenciados pelas condições históricas de produção. Para compreender a crise de representação que se abate sobre o conceito de comunidade, portanto, mais produtivo seria observar os fenômenos geradores de fronteiras, ou seja, as condições internas (lógicas e coerentes) e externas (economia, política, ideologia, etc.) ao discurso epistemológico. De modo geral, os problemas que os conceitos suscitam são redefinidos em função destas condições.⁶

⁶ Alguns autores como Marilena Chauí (1982) acreditam no determinismo econômico como fator de fechamento das bases epistemológicas. Muniz Sodré (2007, 25), fala do poder (de maneira ampla) enquanto condicionante da produção de conhecimento: “É o poder quem responde, em última análise, pela autonomia científica das disciplinas



Estas condições foram analisadas por Michel Foucault a partir de um ponto de vista histórico e estrutural (ou arqueológico). Para ele, a incidência do tempo sobre tais condições produz mudanças na forma de reconstrução do objeto (sociológico). Assim, se o tempo muda o objeto também muda; concomitantemente, o problema e as formas de apreensão tendem a se adaptar a tais modificações.

Quando acontece a defasagem entre o objeto e suas formas de apreensão percebemos o quão redutor é o nosso atual campo óptico (*theorein* = ver, ação de olhar, examinar) responsável pela iluminação dos problemas, mas também dos limites de nossas ferramentas cognitivas. No âmbito prático da pesquisa, por exemplo, esta percepção ocorre quando, em um trabalho de campo, somos obrigados a confrontar a teoria com os achados empíricos e, neste caso, sentimos que algo importante fica de fora da análise porque o modelo teórico utilizado não é suficiente, ou não comporta o fenômeno novo, que lhe escapa.

Na comunicação comunitária é comum ver o pesquisador saindo a campo com modelos ideais ou idealizados de comunicação ou de comunidade para analisar veículos comunitários “*de jure*”, porém não “*de facto*” (Bauman, 2003), precisamente os pressupostos ou as “teses equivocadas” de que fala Palácios. Paralelamente a isso, vemos também o uso indiscriminado da palavra comunidade nos mais diversos campos sociais, para remeter desde grupos espontâneos formados por objetivos (ou interesses) em comum (uma fila num ponto de ônibus, uma comunidade do *orkut*) até projetos conscientes, de longo prazo, formado em torno de pressões do mercado (um conjunto de trabalhadores que reivindicam melhores condições de trabalho ou salários, aproximando-se bastante do conceito de classe social). Tanto num caso como noutro, a confusão que se instala evidencia um problema e a urgência de uma resposta a ela, qual seja, a reinterpretação do conceito de comunidade e comunicação comunitária.

Neste último caso, tem sido recorrente a ideia de que comunicação comunitária não é apenas aquela realizada em pequenos espaços, materializadas em jornais murais, rádios e TVs comunitárias. Há aqui um verdadeiro impasse: estaria o senso-comum equivocado ao estenderem a noção de comunidade a todas as formas de organização social contemporânea (favela, etnia, Orkut, sindicato, clubes, escola, etc.) e, desse modo, utilizar o conceito de comunicação comunitária como equivalente às formas de contato entre seus agentes? Ou, do contrário, estaríamos nós equivocados ao tentar fazer

do pensamento social: gerência social e cátedras de grandes universidades, no caso da sociologia; administração de territórios coloniais e pesquisa universitária, no caso da antropologia; Estado e avaliação de comportamentos, no caso da psicologia”.



com que estes novos fenômenos caibam nos conceitos, nas teorias e metodologias tradicionais da sociologia da *gemeinschaft*?

Para responder a isso é que retomamos o texto de Marco Palácios, como prelúdio para o debate da questão comunitária. Este resgate vai muito além de uma simples crítica sobre os “dogmas” e as verdades inquestionáveis da comunicação comunitária, ou mesmo sobre as intenções político-intelectuais escondidas por detrás da pretensa objetividade científica. Tem a ver com a busca de um objeto que se mostra irreduzível na vida em comum, em grupo ou comunidade: a experiência comunitária do vínculo, a vinculação. Foi por antecipar estas questões (e também para dar o merecido mérito ao autor pela sua contribuição) que apresentamos sua tese três, não a mais importante do seu texto, mas aquela que se revela precursora ao problema que objetivamos discorrer.

A TERCEIRA TESE

A tese em questão foi assim proferida: “A comunidade é uma unidade social de tamanho reduzido, que se caracteriza fundamentalmente pela proximidade física entre seus membros e pelos contatos face-a-face” (PALACIOS, 1990, p. 106).

Conforme explica o autor, o equívoco desta tese é o seu aspecto abstrato, idealista, ou seja, a impossibilidade de se imaginar um retorno à Arcádia, à romântica vida que agora dá lugar ao mundo das relações capitalistas, frias e racionais. Para Palácios, esta ideia assenta-se numa “compreensão estreita e até conservadora” tanto porque se descola das condições objetivas do momento, como porque, e acima de tudo, caminha na contramão do processo histórico de aperfeiçoamento das instituições políticas modernas: “Quando a comunidade é pensada de forma tão limitada, sua demarcação está sendo estabelecida tomando-se por base o modelo medieval de família extensa e de vila”. (IDEM, IDEM, IBIDEN).

Esta compreensão da comunidade, contudo, é algo que acompanha a própria história do conceito. Sua origem pode ser atribuída ao sistema analítico de Ferdinand Tönnies que opõe sociedade (*Gesellschaft*) à comunidade (*Gemeinschaft*). No mundo inteiro o modelo tönniesiano repercutiu de forma considerável encontrando em outros países (e também no Brasil) muitos adeptos. Robert Redfield, por exemplo, elenca três características da verdadeira comunidade, algo bastante próximo do modelo de Tönnies: a “distinção” de outros agrupamentos humanos, a “pequenez” e a “auto-suficiência”. A comunidade, para Redfield, “oferece todas as atividades e necessidades das pessoas que



fazem parte dela. A pequena comunidade é um arranjo do berço ao túmulo”. (REDFIELD, 1971, p. 4).

Palácios, ao contrário, irá entender a comunidade de maneira diferente. É verdade que sua concepção de comunidade está calcado num modelo evolucionista, o que não o impede de observar a comunidade, mesmo dicotomicamente, sobre um prisma diferente, quer dizer, como parte constituinte da sociedade capitalista – seja como mantenedora das relações de exploração e dominação, seja como opção ou caminho (polemizado por Marx) para a transformações mais profundas. ⁷ Tal concepção revela um avanço significativo nos estudos sobre a comunidade, já que antecipa um fenômeno do mundo globalizado que somente alguns anos mais tarde será visível aos olhos comuns: ⁸ a abolição das fronteiras espaciais e linguísticas (com o advento da internet) e a formação de grupos de afinidade em torno deste dispositivo (a mídiatização). Ouçamos Palácios:

Comunidade não é simplesmente um lugar num mapa. As pessoas podem ter uma diversidade de experiências de comunidade, independentemente de estarem vivendo próximas umas às outras. A comunidade deve ser vista como toda forma de relação caracterizada por situações de vida, objetivos, problemas e interesses em comum de um grupo de pessoas, seja qual for a dimensão desse grupo e independentemente de sua dispersão ou proximidade geográfica (PALÁCIOS, 1990, p. 106-107).

Nesta ampliação do conceito de comunidade, Palácios cita Richard Sennet que define comunidade como “identidade coletiva”, não aquela concebida como um projeto de conscientização das massas, da formação de sujeitos sociais conscientes de sua condição histórica, porém como uma simples “maneira de dizer quem nós somos”. Esta posição já revela a percepção de uma crise de representação em andamento e a provisão de novos agenciamentos conceituais capazes de lidar com essa crise.

Palácios deixa claro que comunidade não é classe social. Para ele, “comunidades exprimem diferenças dentro do sistema capitalista”. São estas diferenças que constituem a base fundadora das atuais comunidades virtuais, em torno das quais as identidades oscilam, desafiando a lógica dos modelos hegemônicos de pensamento. Citando novamente Sennet: “A questão é saber como se formam estes retratos de identidade

⁷ Marx, no final de sua vida reconsiderará suas idéias sobre a comunidade, em vista de seus estudos sobre a comuna russa. Ele vai afirmar que, em determinadas circunstâncias, a organização comunitária tradicional poderia inclusive servir de ponte entre uma situação pré-capitalista e o socialismo, queimando a necessidade de um pleno desenvolvimento do estágio capitalista (NISBET, 1966).

⁸ Importante observar que este texto foi escrito no começo dos anos 90 do século XX sendo, portanto, anterior ao fenômeno concreto das comunidades virtuais que, no Brasil, surgem a partir de meados desta década com popularização dos microcomputadores pessoais e da própria *internet*.



coletiva, e quais são os instrumentos que as pessoas usam para forjar um sentido de quem somos nós” (Apud PALÁCIOS, 1990, p. 107).

DESDOBRAMENTO

No Brasil, o modelo analítico de Tönnies (comunidade em oposição à sociedade capitalista, aos países ditos de “primeiro mundo”) servirá perfeitamente para dar inteligibilidade aos acontecimentos do país a partir de meados do século XX. Sua adaptação às condições objetivas apresentadas aqui originará os primeiros estudos sociológicos e antropológicos brasileiros. De fato, data deste período os temas e os eixos norteadores da pesquisa social como a formação da sociedade brasileira advindas da imigração endógena (nordestina e caipira) e exógena (japonesa, alemã, italiana), a questão dos negros e dos índios, a aculturação etc. Se por um lado estes estudos serviram como caminho que, durante algum tempo, norteou as questões que afligiam os grupos e, de modo geral, a compreensão da cultura brasileira em formação, por outros, serviram para sedimentar o entendimento da comunidade enquanto compartilhamento de substâncias objetivas (não apenas território, mas etnia, língua etc.).

Na comunicação comunitária, o sentido territorial de comunidade (“unidade social de tamanho reduzido”) irá prevalecer sobre as demais, sobretudo pelo interesse das Ciências Sociais (e do próprio Estado) em estudar o comportamento dos meios de comunicação em âmbito local, nas regiões periféricas da cidade, a exemplo das favelas brasileiras, tendo o claro interesse pelo total controle destes territórios.

É provável que desta Sociologia da Comunicação tenha surgido os primeiros estudos em comunicação comunitária no Brasil, sendo notória a transposição de conceitos e problemas das Ciências Sociais, mas especialmente da Sociologia Clássica. A diversidade de problemas relacionados tanto às mídias locais quanto aos fenômenos sociais a partir de meados do século passado, principalmente protagonizada por setores da classe média (estudantes) e trabalhadora, correndo em paralelo aos conceitos que tentavam compreendê-los ou delimitá-los, produziu muitos estudos acadêmicos para a área emergente e, conseqüentemente, popularizou a expressão “comunitária”. Daí a fluidez (ou confusão) de termos como “comunicação popular”, “alternativa” e “participativa” com a “comunicação comunitária”.⁹ Em todo o caso, interessa perceber aqui que, desta época aos dias de hoje, pouca coisa mudou termos de teoria, metodologia e conceito da comunicação comunitária. A evidência de que sua atual

⁹ Sobre a discussão sobre estes termos ver Peruzzo (1998, p. 120); Dornelles (2007).



estrutura teórica reproduza ainda o espírito daquele período alimenta a hipótese de um aumento quantitativo expressivo, embora não acercada de um rigor conceitual.

Nesta Sociologia da Comunicação que se realizava, dificilmente a indagação sobre o conceito de comunicação ou comunidade, em circulação nos redutos acadêmicos, aparecia. Em parte porque os problemas tidos como prioritários naquele momento eram outros (ditadura, guerra fria, greves, recessões, etc.), ou mesmo porque, realmente, as questões referentes à Comunicação satisfaziam as exigências do período, quer dizer, corroboravam com o paradigma hegemônico.

Atualmente, os problemas que se colocam acerca do entendimento dos novos fenômenos socioculturais compreendidos sob o invólucro de comunidades virtuais são importantes na medida em que representam formas culturais contemporâneas de intervenção sobre o real. No entanto, estão submetidas à defasagem entre o fenômeno e sua forma de representação. No limite, indicam um estado de precariedade teórico-conceitual das formas explicativas remanescentes sobre comunicação comunitária e comunidade tönnesiana.

Mas a crise, costumeiramente vista como algo negativo, pode se revelar como um momento oportuno para a reflexão e, portanto, recondução deste setor de estudos (comunicação comunitária) a um outro patamar, capaz de embaralhar-se produtivamente às pesquisas ciberculturais.

Há algum tempo temos refletido sobre a possibilidade de uma ontologia da comunidade: o ser-em-comum, força atrativa de aproximação entre Homens com o grupo. Esse “ser” apresenta-se na forma de um vínculo que produz a participação na comunidade (*communitas*). É a entrega do Homem enquanto ser-individual ao Outro do grupo, ao estranho, à alteridade ou incerteza absoluta, à perda sem garantia de ressarcimento, à dilaceração irreparável, à entrega incondicional. É, assim como os pilotos kamikases, uma ida sem volta.

O vínculo é aquilo atravessa o indivíduo, impelindo para fora de si; mostra-se independente do meio técnico de comunicação, sendo ele a própria comunicação.

Na dimensão do grupo temos a comunidade que, na acepção de Roberto Espósito, impõe a radicalidade da doação originária, implícita em sua etimologia: *communitas*, palavra composta dois radicais: *cum* (junto de) e *munus* (dever, obrigação, tarefa original que se tem para com o Outro). O sentido do *munus* opõe-se à convencional partilha de substância da comunidade tönnesiana. *Munus* é a extração, a subtração, a desapropriação, a falta, uma força que impele o Ser para fora, nunca para dentro. Como



afirma Espósito “*Munus* é entendido pelos latinos como dádiva feita e nunca recebida” (In. PAIVA, 2007, p. 19). Isso não significa, entretanto, que na *communitas* não haja a partilha. Ela existe: é a partilha da expropriação da própria substância: “seus membros não são mais idênticos a si mesmos, porém constitutivamente expostos a uma tendência que os leva a forçar os próprios limites individuais para encararem o seu fora” (IDEM, IDEM, p. 18).

Na *communitas*, o sujeito é um completo assujeitado, porque é um devedor, porque foi “corroído” desde antes do seu nascimento em função de um Outro; um Outro que assume importância definitiva para o Ser da comunidade. Este Outro, no entanto, não é um outro-sujeito, mas “uma cadeia de alterações que não se fixa nunca em uma nova identidade.” (IDEM, IBIDEM)

POR UMA REINTERPRETAÇÃO DA COMUNIDADE E DA COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA À LUZ DAS TECNOLOGIAS EMERGENTES DE COMUNICAÇÃO

Conceituar, como diz o filósofo Gilles Deleuze, é a tarefa fundamental da filosofia (“o objeto da filosofia é criar conceitos”). Tudo começa quando o campo da experiência humana se depara com fenômenos novos que insurgem e desafiam não só as certezas, os valores e conceitos anteriormente constituídos, mas também o sistema de inteligibilidade do Homem, seus modelos estruturantes de pensamento, colocando em crise o paradigma vigente. Neste caso, a filosofia é ativada para elucidar estas questões, para buscar possíveis respostas, mas igualmente para produzir uma reflexão sobre este fenômeno novo que irrompe e mobiliza o pensamento.

A relação entre a filosofia e senso comum (acadêmico) é um movimento cíclico e constante de transformações. Ambos os sistemas jogam reciprocamente informações. Este movimento se dá ora pela intervenção contínua (crítica) da filosofia sobre o conceito (suspensão da dúvida, elaboração filosófica e sua divulgação na sociedade), ora pela retroalimentação do conceito sobre a filosofia (esta elaboração filosófica, na medida em que se torna defasada em vista de outros fenômenos emergentes, ou mesmo a partir do momento em que se vulgariza, quer dizer, torna-se senso comum, necessita de uma outra elaboração filosófica). Este processo de defasagem ou vulgarização conceitual, que alguns autores trabalham genericamente com o vetor temporal, enfatizamos aqui o papel dos meios de comunicação (particularmente a internet) como elemento novo que coloca em crise o conceito moderno de comunidade (*gemeinschaft*)



e, dessa forma, o modelo estruturante do pensamento da comunicação comunitária.¹⁰ Foi justamente este processo que pretendemos dar visibilidade neste texto.

A crise que se acentua e avança sobre o atual sistema de inteligibilidade social é abalado em virtude da incapacidade do sistema de representação moderno de acolher os novos fenômenos insurgentes. Trata-se, na verdade, de uma crise de representação: ou seja, num certo momento, o conceito de comunidade passa a ser insuficiente para delimitar a expressão vinculativa (comunitária) que prescinde de território a exemplo das comunidades virtuais. Mais ainda: se referirmo-nos às atuais experiências comunitárias, marcadas pela efemeridade do encontro (pois o que importa é a intensidade e não a sua duração), vemos que a expressão vinculativa (comunitária na acepção de Espósito) independe, inclusive, de qualquer substância comum (cultura, língua, projeto político etc).

Neste momento, a capacidade de representação do conceito já não dá mais conta de representar. A internet, como frisamos, é operadora desta crise, na medida em que abole o aspecto fundacional do conceito moderno de comunidade (a noção de território) impondo a urgência de uma nova interpretação, um novo conceito.

Uma re-interpretação do conceito de comunidade e comunicação comunitária, como observamos, pode provir desta crise de representação. Pois, a crise como pertencente a um processo de transformação abre a perspectiva de um acatamento gradual de modelos teóricos em vista dos antigos problemas referentes à comunicação comunitária e, mais ainda, às questões propriamente “de comunicação”.¹¹ Isso significa encontrar o fulcro norteador da pesquisa, de onde desdobra-se o objeto da comunicação comunitária, isto é, a vinculação.

¹⁰ Michel Foucault em sua genealogia do poder afirma: “o poder incide diretamente sobre o tempo”. Sobre o advento dos meios técnicos de comunicação como operadores de uma crise, ver André Parente (2004, p. 9): “Se a modernidade nasce da crise de representação é precisamente porque surge com ela, em primeiro plano, a questão da produção do novo. O novo é o que escapa à representação do mundo, como dado e como cópia. O novo significa a emergência da imaginação no mundo da razão, e consequentemente num mundo que se liberou dos modelos disciplinares da verdade. Tanto na filosofia como na ciência e na arte o tempo é o operador que põe em crise a verdade e o mundo, a significação e a comunicação. A razão é muito simples: ao tempo da verdade (verdades eternas) se substitui a verdade do tempo como produção de simulacros, ou seja, do novo como processo.

¹¹ Para Ciro Marcondes Filho, muitos anos foram despendidos em pesquisa de comunicação no Brasil, não obstante, pouco se pesquisou sobre comunicação em seu sentido estrito. [...] o objeto da pesquisa em comunicação é a própria comunicação, não seus enredamentos, sua economia, a comparação entre veículos ou gêneros, a história da sua atividade ou produção, o trabalho com comunidades virtuais, com a sociabilidade em rede, as questões ligadas ao corpo, à geografia, das transformações sociais das massas. Todos estes temas são importantes e decisivos para a área, mas pertencem às relações genéricas dos meios de comunicação com a sociedade; não tratam exatamente da comunicação. Pesquisar comunicação é estudar o processo e a constituição da relação que se cria entre as pessoas comunicantes, é falar da ocorrência do acontecimento comunicacional, que tem caráter único, efêmero, irrepitível; é falar da interveniência de fatos extralingüísticos na comunicação, de processos que são mais sentidos do que verbalizados; trata-se da captura do momento em que a comunicação se realiza e, em todos esses casos, é preciso que o pesquisador possa apreender a atmosfera presente, o clima criado, o incorpóreo que atravessa os atos. Tudo isso constitui o evento mágico da comunicação humana”. (MARCONDES FILHO, 2008, p. 9).



Podemos aproveitar positivamente este momento de revisão de velhos modelos teóricos e, gradualmente, repensar a comunidade e a comunicação comunitária como algo verdadeiramente transformador. No caso da comunidade, a experiência propriamente comunitária. No caso da comunicação comunitária, a perspectiva de empreender uma pesquisa propriamente “de comunicação” isto é, comprometida com a ontologia e epistemologia do vínculo comunitário.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia**. O discurso competente e outras falas. São Paulo: Moderna, 1982.

CUCHE, D. **A noção de cultura nas Ciências Sociais**. Bauru: EDUSC, 2002.

DELEUZE, G; GUATARI, F. **Mil platôs**. Capitalismo e esquizofrenia. Vol. 2. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

DORNELLES, B. Divergências conceituais em torno da comunicação popular e comunitária na América Latina. In **E-Compós**, Agosto 2007. Disponível em <http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/176/177>. Acessado em 29/04/2012.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectivas, 2006.

MARCONDES FILHO, C. **Para entender a comunicação**: contatos antecipados com a Nova Teoria. São Paulo: Paulus, 2008.

NISBET, R. **Sociological Tradition**. New York: Basic Book, 1966.

PAIVA, R. (org.) **O retorno da comunidade**: os novos caminhos do social. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

PALÁCIOS, M. Sete teses equivocadas sobre comunidade e comunicação comunitária. In **Comunicação e Política**. Vol. 9, nº11, Salvador: FACOM-UFBA, 1990, p. 103-110.

PARENTE, A. Os paradoxos da imagem-máquina. In: PARENTE, A (org.) **Imagem máquina**: a era das tecnologias do virtual. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2004. p. 7-33.

PERUZZO, C. M. K. **Comunicação nos movimentos populares**: a participação na construção da cidadania. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.

REDFIELD, R. **The little community e peasant society and culture**. Chicago: University of Chicago Press, 1971.



SODRÉ, M. Sobre a episteme comunicacional. **Revista Matrizes**, nº 1, outubro 2007, p. 15-26.